


## ATA DA AUDIENCIA PÚBLICA SOBRE A REFORMA ADMINISTRATIVA DA CULTURA

Aos seis dias do mês de junho de dois mil e dezessete às dezenove horas, teve início a audiência pública sobre cultura e esportes sob o Comando da Comissão de Cultura, Turismo e Títulos e Honrarias, o Presidente da Câmara o Senhor Vereador **Paulo Igor** convidou para compor a mesa o Presidente do Instituto Municipal de Cultura e Esportes (IMCE) o Senhor Leonardo Randolpho, o Superintendente de Esportes e Lazer o Sr. Hingo Hammes, representando o Jurídico do IMCE a Sr<sup>a</sup> Rogéria Canedo, o Presidente do Conselho da Cultura o Sr. Cláudio Partes. O Vereador **Paulo Igor** falou que do 1º ao 21º inciso do Art. 25 da Lei Municipal, de número 7.510/17 de 11 de abril, torna mais efetiva a formação cultural e esportiva do cidadão petropolitano buscando a modernização do IMCE que permitirá a população ter acesso aos eventos culturais e esportivos em nosso município. Em seguida, passou a palavra ao Presidente da Comissão o Senhor Vereador Pastor **Antônio Brito**, que saudou os presentes e convidou para compor a mesa o Senhor Guilherme Barcelos do segmento de Cultura Urbana, o Presidente dos grupos Carnavalescos de Petrópolis Mestre Ivo, o artista Marcos Minhon, o produtor cultural Senhor Marcio Vederich, a museóloga Senhora Ana Carolina Vieira e os Senhores André Diaborin e João Felipe. O Senhor Vereador Pastor **Antônio Brito** passou a palavra para o Senhor Vereador Prof. **Leandro Azevedo**, que saudou os presentes e falou que essa audiência era de grande importância para que se possa discutir sobre as questões que envolvem cultura e esporte, as demandas de melhorias nos centros culturais, falou também sobre os 50% da Casa de Santos Dumont e sobre o fundo destinado à Cultura. Passou a palavra para o Vereador **Meirelles**, que saudou a todos os presentes e convidou o Presidente do Conselho da Cultura o Senhor **Claudio Partes** para fazer uso da palavra que reforçou que deve haver um diálogo entre os gabinetes, falou também que foram pegos de surpresa com a mudança administrativa e que diversos pontos e aspectos da lei não foram discutidos, cobrou por parte da casa quais os critérios levados em conta para tal mudança, questionou a decisão de passar o Museu da Casa de Santos Dumont para o turismo e o outro museu da Casa do Colono para a Cultura e outros. Questionou, também, a extinção de alguns cargos como: museólogo, gerente de patrimônio, bibliotecário entre outros. Lembrou que a cidade é de força histórica e cultural, além de sabermos que temos uma grande demanda de turistas anualmente. Falou que em nenhum momento quando houve a criação a nova lei ocorreu a convocação ou questionamento sobre o Conselho da cultura, muito menos um diálogo com a classe. Encerrou, dizendo que assim como as outras secretarias, a cultura também contribui para a economia e o desenvolvimento da cidade. A museóloga, Senhora **Ana Carolina Vieira**, disse que estava ali representando os servidores efetivos da antiga Fundação de Cultura e o segmento de museus, falou sobre o evento de 2012, o fórum nacional de museus, sendo este de extrema importância para o campo museológico. Disse que a partir desse evento, foi criada uma moção em apoio à criação do Sistema Municipal de Museus de Petrópolis, sendo o único dentro do Estado do Rio de Janeiro. Falou que com a extinção da Fundação de Cultura, as funções dos servidores como bibliotecários, museólogos, arquivista, procuradores, contadores entre outros, foram, também, extintos. Questionou da necessidade desses cargos serem extintos em conjunto com a Fundação de Cultura, já que a Fundação de Saúde quando foi extinta seus funcionários foram absorvidos pela administração direta como quadro complementar e não suplementar. Outro questionamento foi o porquê Petrópolis, sendo uma cidade histórica de grande relevância para a história nacional, extinguiu no seu projeto de reestruturação administrativa o setor de Gerência de Patrimônio Histórico. Qual setor da administração pública irá administrar esses bens? Perguntou, também, quem exercerá essas funções, já que os cargos antigos estão extintos e que os novos não são regulamentados por lei federal. Falou que se a reestruturação administrativa tem como viés o enxugamento da máquina pública para melhorar sua eficiência, por que os cargos técnicos foram extintos e não os comissionados? Por que no fim a estrutura da equipe e a formação organizacional ficaram a mesma em quantidade de cargos. Encerrou, questionando sobre a instituição de estrutura administrativa dos cargos de direção, assessoramento e funções gratificadas, que até o momento não foi realizado nenhum organograma funcional. O Vereador





Cultura e Turismo, mas evidentemente esses cargos serão recriados dentro da estrutura da administração direta. Falou da criação de um terceiro Fundo Municipal da Cultura e Esporte, deliberado pelo gestor, deixando claro que ficariam mantidas todas as conquistas da Lei 6806. Falou, também, sobre o organograma funcional. O Senhor **André Diaborin**, perguntou o que a promotora entende de cultura. Qual diálogo teve com a classe para terminar com a Fundação, se a mesma pensou no impacto social para os artistas do Município e pediu ajuda aos vereadores sobre a licitação de 15 milhões. O Senhor Vereador **Meirelles**, fez um comparativo sobre o orçamento do IMCE e da Secretaria de Segurança. Essa situação do orçamento não é apenas da cultura, mas de todas as outras categorias e que as decisões são tomadas de acordo com as condições recebidas. O Senhor **André Diaborin**, falou que poderia ter, pelo menos, uma vista do Processo, um adiantamento para o aprofundamento do tema, e que tomaram uma decisão, onde nem todos tinham conhecimento e que deveria e que a mesma deveria ser mais embasada. O Senhor Vereador **Meirelles**, disse que leu o projeto, mas que não tem a obrigação de entender com profundidade como os artistas que vivem profissionalmente da cultura todos os dias. O Senhor **André Diaborin**, falou que se os vereadores têm o poder de dizer não, porque não o fizeram? Se cada um entende de uma pasta e não concorda, por que não disseram, não, ao Prefeito e pediram mais tempo para fazer a coisa mais estudada. O Senhor Vereador **Leandro Azevedo**, falou da valorização do profissional e que a extinção de uma das Secretarias, vai contra isso. O Senhor **André Diaborin**, falou que o pregão 17/17 o preocupou e que encaminhou um ofício ao DELCA, pedindo explicações sobre o edital ao qual pagarão 15 milhões para uma única empresa por 1 (um) ano podendo ser prorrogado. Disse ter enviado um ofício pedindo informações sobre a qualificação técnica de quem fez o edital do pregão e obteve como resposta: "O termo de referência foi elaborado por funcionários da Turispetro". Falou que são 77 itens e as especificações do objeto foram pesquisadas em sites eletrônicos, ata de registros de preço de editais de outros Municípios, sendo uma delas do Município de Maricá de 2012. O Senhor Vereador **Justino**, informou que as autoridades estão à Audiência, e pediu um pouco de paciência, porque em 5 (cinco) meses não dá para consertar mais de 10 anos. O Senhor **André Diaborin**, falou que o Executivo não tem a mesma abertura que o Legislativo e que o pregão acontecerá na próxima sexta e ninguém se manifestou. O Senhor **Pedro Fernandes**, representante do segmento de teatro, perguntou se existe a possibilidade da Prefeitura fornecer transporte para os artistas locais poderem fazer trabalhos e cursos dentro e fora da cidade. O Senhor **Leonardo Randolpho**, Diretor Presidente do IMCE, respondeu que é possível, mas que no momento impossível atender a todos. O Senhor **Carlos Alberto Macedo Fagundes**, perguntou por que o Presidente de Turispetro não compareceu a Audiência. O Senhor **Marcelo Valente**, respondeu que não sabe se ele foi convidado e o Senhor **Leonardo Randolpho** confirmou que ele não foi convidado, pelo fato da Audiência ser referente à reforma administrativa do IMCE. A Senhora **Jessica Justino Soares**, perguntou ao Presidente do IMCE, com base em que estudos ou dados, se é necessário a extinção da Fundação de Cultura e a criação do Instituto. O Senhor **Leonardo Randolpho**, Diretor Presidente do IMCE, respondeu que houve um workshop com todo Secretariado com o Professor Sergio Rui e alguns membros da Fundação Getulio Vargas, onde deram umas diretrizes "macro" de dimensão das Secretarias como um todo. Disse que hoje é possível operar o organograma proposto depois da ratificação da Lei 7.516. O Senhor **Sancler Guimarães dos Santos**, perguntou se haverá concurso público para os novos quadros do IMCE. O Senhor **Leonardo Randolpho**, Diretor Presidente do IMCE, respondeu que precisa ser estudado esse assunto dentro da viabilidade fiscal e econômica, respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal. A Senhora **Célia Monteiro**, perguntou o que da Cultura compete ao Turismo e a própria Cultura, e o que faz um evento ETA listado na licitação e não na agenda oficial da Cidade e por que não atendem ao pessoal do Solstício? O Senhor **Leonardo Randolpho**, Diretor Presidente do IMCE, respondeu que não tem propriedade para falar sobre o assunto, pois, a licitação está sendo gerida pela Turispetro. E falou que o Turismo é uma atividade econômica e utilizaram como critério exonerar o Órgão Gestor de Cultura com a realização dos eventos. Em relação ao pessoal do solstício, ele disse que é difícil contemplar a agenda do Presidente da Cultura e atender a todas as demandas da classe artística, mas se comprometeu a dar uma atenção a esse assunto, seja ele ou alguém da equipe. O Senhor **Carlos**, que trabalha com som e





iluminação, disse que na sua opinião os erros começaram na licitação e explana a dificuldade de acesso as licitações e a provável fiscalização por partes dos Vereadores. Falou sobre erros processuais, falta de assinaturas entre outros. O Senhor Vereador **Leandro Azevedo**, falou que apesar desse assunto sobre a licitação não estar na pauta, disse que o mesmo é de grande relevância. Explicou que existem demandas diárias para cada Gabinete e que também é papel da população informar e levar essas informações para que os Vereadores possam tomar as medidas administrativas. O Senhor **André Diaborin**, falou que a licitação é da Turispetro e não do IMCE, e que a Audiência Pública era para tratar da Reforma Administrativa. O Senhor **André Diaborin**, perguntou sobre as medidas que serão tomadas pelo Legislativo a partir das denúncias do pregão 17/17. O Senhor **André Diaborin**, falou que existe uma Comissão do Turismo e que o assunto será levado até a mesma. O Senhor Vereador **Leandro Azevedo**, falou que irão assinar um documento para cancelar o pregão junto com outros Vereadores. O Senhor **Carlos**, que trabalha com som e iluminação, disse que esse orçamento é 5 (cinco) vezes maior do que o gasto no ano anterior. O Senhor Vereador **Leandro Azevedo**, agradeceu a presença de todos e encerrou a Audiência.



Antonio Brito  
Vereador



Prof. Leandro Azevedo  
Vereador